

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.528 - DF (2019/0345978-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : GISELLE DA SILVA SILVEIRA OLIVEIRA
OUTRO NOME : GISELLE DA SILVA SILVEIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANDRADE - GO030726
RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
AGRAVANTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : HUDSON JOSE RIBEIRO - SP150060
PASQUALI PARISE E GASPARINI JUNIOR - SP004752
AGRAVADO : GISELLE DA SILVA SILVEIRA OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ANDRADE - GO030726

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 293/294, e-STJ):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CONEXÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM E TARIFA DE REGISTRO DO CONTRATO. PROVA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSENTE. SEGURO PRESTAMISTA. COBRANÇA GENÉRICA. AUSÊNCIA DE APÓLICE. ABUSIVIDADE. PARCELA PREMIÁVEL. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO. VENDA CASADA RECONHECIDA. JUROS CAPITALIZADOS. PREVISÃO CLARA E EXPRESSA. NECESSIDADE. TAXA ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. SUFICIENTE. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que, em ação de conhecimento (busca e apreensão), julgou procedente o pedido para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem objeto do contrato à parte autora, confirmando, consequentemente, a decisão que deferiu o pedido liminar de busca e apreensão.

2. Tendo a sentença reconhecido a ausência de previsão contratual da comissão de permanência, além da impossibilidade de sua cumulação com os encargos da normalidade ou com os da mora, não há interesse recursal quanto a esse ponto, devendo o apelo ser parcialmente conhecido.

3. É relativa a presunção de hipossuficiência econômica da parte que pleiteia o deferimento da gratuidade de justiça. Assim, o juízo competente, quando verificar manifesta incongruência entre a alegada pobreza e a real situação demonstrada pelos documentos que instruem o processo, pode determinar que o pretendente comprove a alegação e, não satisfeito, indeferir o beneplácito. Na hipótese, não há nos autos qualquer elemento capaz de infirmar a presunção de hipossuficiência da apelante. Assim, privilegiando o postulado de acesso à justiça, é razoável que se conceda a gratuidade judiciária.
4. O julgamento antecipado da lide não importa em cerceamento de defesa se as provas requeridas forem desnecessárias à resolução do mérito. Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada.
5. Não há se falar em conexão entre a ação de busca e apreensão e a ação de revisão de cláusulas contratuais, pois ausente a similaridade entre as causas de pedir ou entre os pedidos.
6. Segundo a tese firmada no Tema n.º 958/STJ, em sede de recurso repetitivo, a validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, estão condicionadas à verificação da efetiva prestação do serviço e à análise acerca , não há prova da efetiva prestação dos da existência de iniquidade (onerosidade excessiva). In casu serviços.
7. Inexistem nos autos elementos acerca da cobertura do seguro prestamista, do período de vigência, tampouco foi juntada a apólice, não sendo possível concluir a efetiva ciência do serviço contratado pelo consumidor, revelando-se, portanto, indevida a cobrança.
8. Não tendo sido demonstrada a liberalidade do consumidor ao adquirir o título de capitalização denominado “Cap. Parc. Premiável”, resta caracterizada a venda casada, impondo-se a devolução do valor correspondente.
9. É admissível a capitalização mensal de juros nos contratos firmados após o advento da Medida Provisória n.º 1.963-17/00, ratificada pela Medida Provisória n.º 170-36/01 (31.03.2000), desde que haja previsão contratual.
10. Nos termos do Recurso Especial Repetitivo n.º 973.827/RS, a divergência existente entre as taxas de juros mensal e anual pactuadas, de forma que esta não corresponda ao produto da multiplicação do duodécuplo da taxa mensal, mostra-se suficiente para compreensão quanto à cobrança de juros capitalizados.
11. O reconhecimento da abusividade da tarifa de avaliação e da tarifa de registro, bem como do seguro prestamista, não tem o condão de ilidir a mora da apelante, pois a repercussão econômica dessas taxas é inexpressiva em relação ao montante integral do contrato.
12. Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 338/349, e-STJ), a insurgente apontou violação aos artigos 40, 46 e 52, § 1º do Código de Defesa do Consumidor e 1361 do Código Civil. Sustentou, em síntese, a inexistência de abusividade no valor da tarifa cobrada (registro de contrato, avaliação de bens, seguro e título de capitalização - parcela premiável).

Sem contrarrazões (fl. 358, e-STJ).

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 359/361, e-STJ), negou-se

seguimento ao reclamo sob o fundamento de incidência da Súmula 284 STF.

Daí o agravo (fls. 366/377, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta o óbice aplicado pela Corte estadual.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A Segunda Seção, quando o julgamento do Recurso Especial n. 1.639.320, fixou a tese acerca da "**Validade da tarifa** de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de **despesa com o registro do contrato**, ressalvadas a: 2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a 2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto." [grifou-se].

A propósito:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 972/STJ. DIREITO BANCÁRIO. DESPESA DE PRÉ-GRAVAME. VALIDADE NOS CONTRATOS CELEBRADOS ATÉ 25/02/2011. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. VENDA CASADA. OCORRÊNCIA. RESTRIÇÃO À ESCOLHA DA SEGURADORA. ANALOGIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA 473/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. NÃO OCORRÊNCIA. ENCARGOS ACESSÓRIOS.

1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA:

Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 2.1 - Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva .

2.2 - Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

2.3 - A abusividade de encargos acessórios do contrato não descaracteriza a mora.

3. CASO CONCRETO.

3.1. Aplicação da tese 2.1 para declarar válida a cláusula referente ao ressarcimento da despesa com o registro do pré-gravame, condenando-se porém a instituição financeira a restituir o indébito em virtude da ausência de comprovação da efetiva prestação do serviço.

3.2. Aplicação da tese 2.2 para declarar a ocorrência de venda casada no que tange ao seguro de proteção financeira.

3.3. Validade da cláusula de ressarcimento de despesa com registro do contrato, nos termos da tese firmada no julgamento do Tema 958/STJ, tendo havido comprovação da prestação do serviço.

3.4. Ausência de interesse recursal no que tange à despesa com serviços prestados por terceiro.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA

EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1639259/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu que (fls. 300/301, e-STJ):

a) Da Tarifa de Avaliação e da Tarifa de Registro do Contrato

A apelante sustenta a abusividade da incidência da tarifa de avaliação do bem e da tarifa de registro do contrato quando os serviços não são efetivamente prestados.

A jurisprudência firmada pelo STJ no julgamento do REsp nº 1578553/SP (Tema nº 958), sob o rito dos recursos repetitivos, reconheceu a validade da cobrança da tarifa de avaliação do bem e da taxa de registro do contrato, condicionada à efetiva prestação dos serviços pela instituição financeira e a não ser excessivo o valor cobrado.

(...)

Na espécie, a despeito do valor não excessivo das tarifas de avaliação e de registro do contrato, a Instituição Financeira não fez prova da efetiva prestação dos serviços relativos a essas tarifas. Atrai-se, portanto, a incidência da abusividade constatada pela Corte Superior na apreciação do Tema 958 dos Recursos Repetitivos.

Nesse contexto, considerando que o serviço não foi efetivamente prestado, denota-se que o Tribunal local proferiu decisão pautado na premissa fixada nesta Corte Superior, incidindo no tópico o enunciado da Súmula 83 do STJ.

2. Em relação à insurgência quanto à cobrança do seguro prestamista e da parcela premiável, verifica-se que o Tribunal de origem, após sopesar todo o acervo fático-probatório carreado aos autos, consignou que: i) não houve adesão do agravado ao seguro; ii) e venda casada com relação a parcela premiável. É o que se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (fls. 301/302, e-STJ):

b) Do seguro prestamista e da Parcela premiável

A apelante sustenta a abusividade da contratação compulsória do seguro do veículo como um título de capitalização, assim como da nominada Parcela Premiável.

É da praxe bancária a utilização do referido seguro em contratos de mútuo, de médio a longo prazo, com vistas a minorar os riscos decorrentes da inadimplência. A prática é legal desde que a Instituição Financeira não condicione o fornecimento do produto ou serviço à aquisição do seguro, sob pena de caracterizar venda casada, vedada pelo Código de Defesa do Consumidor por ser considerada abusiva, conforme art. 39, inciso I, *in verbis*: *condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos*.

Importante ressaltar que o seguro prestamista não beneficia tão somente o banco, mas também o consumidor, porquanto este fica isento de responsabilidade acaso ocorra o sinistro previsto em contrato.

Do acervo probatório, verifica-se que, na Cédula de Crédito Bancário n.º 312172225 (ID 8897254), consta no campo referente ao CET – Custo Efetivo Total da Operação o Seguro Prestamista no valor de R\$ 979,00

(novecentos e setenta e nove reais).

No entanto, inexistem nos autos outros elementos acerca da cobertura do seguro, do período de vigência, tampouco foi juntada a apólice, não sendo possível concluir pela efetiva ciência do serviço contratado pelo consumidor, revelando-se, portanto, indevida a cobrança.

Em situação semelhante, esta Turma se manifestou pela ilicitude da cobrança quando não comprovada a adesão do consumidor ao seguro:

No tocante à Parcela Premiável (R\$ 206,50), cuja natureza é de título de capitalização, consta do contrato o seguinte:

“(f) Seguros e Título de Capitalização: contratados de acordo com a minha vontade, mediante assinatura de termo próprio, dentro dos valores e condições estabelecidos nas Condições Gerais de cada produto;”

Como se vê do caderno processual, a instituição financeira autora sequer juntou aos autos o “termo próprio” mencionado no contrato, o que demonstraria inequivocadamente a liberalidade da parte ré quanto a sua aquisição. Assim, resta caracterizada a imposição quanto ao pagamento da referida parcela, impondo-se o seu afastamento, por se tratar de venda casada.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado e o revolvimento das provas juntadas aos autos, inclusive do contrato entabulado entre as partes, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, inclusive com interpretação de cláusula contratual, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator